

REORDENAMENTO DAS LIGAS DE FUTEBOL. CRISE OU NOVA ORDEM?¹

Luiz Carlos Ribeiro²

Universidade Federal do Paraná

Curitiba, Brasil

ribeiro@ufpr.br

Recebido em 26 de setembro de 2011

Aprovado em 16 de dezembro de 2011

Resumo

A partir do estudo da criação e crise das ligas de clubes de futebol, o objetivo do artigo é analisar as possíveis mudanças no gerenciamento do futebol nacional e europeu. Tomamos como exemplo o C-13 (Clube dos 13), no Brasil e o G-14, na Europa. A hipótese levantada é que essas ligas aceleraram o processo de mercantilização do esporte, se constituíram em grupo de pressão sobre as entidades dirigentes tradicionais (FIFA; UEFA; CBF), obrigando-as a mudanças, como também pressionaram o setor público a tomar medidas de controle social e político sobre a modalidade. Esses fenômenos vêm configurando um reordenamento na estrutura governativa do futebol global.

Palavras-chave: Futebol; C13; G14; UEFA; CBF; FIFA.

Abstract

Restructuring of the football leagues. Crisis or new order?

From the study of the creation of and crisis in football clubs leagues, the objective of this article is to analyze the possible changes in the management of national and European football. The examples taken are the C-13 (Club of the 13), in Brazil and the G-14, in Europe. The suggested hypothesis is that these leagues have not only sped up the process of mercantilization of the sport, by establishing themselves as lobby groups over traditional leading entities (FIFA; UEFA; CBF), compelling them to promote changes, but have as well pressured the public sector to take social and political control measures over the modality. These phenomena have been promoting a restructuring in the governmental structure of global football.

Keywords: football; C13; G14; UEFA; CBF; FIFA.

¹ Artigo apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 17 a 22 jul. 2011. Universidade de São Paulo (USP).

² Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade. Professor do Departamento de História.

Introdução

A palavra crise tem sido recorrente no futebol mundial e, mais especialmente, no brasileiro. Em artigo Helal e Gordon observam que é a partir dos anos 1970 que se começa a falar em crise no futebol brasileiro (HELAL e GORDON, 2002, p. 37). Claro, isso se ignorarmos a “crise” da Copa de 1950 ou mesmo o fracasso de 1966.

Mas a análise dos autores é na perspectiva da relação pátria e futebol e se o Brasil estaria deixando de ser o país do futebol, imaginário construindo desde os anos trinta. A tese defendida é a de que, com a reestruturação da economia global, a partir dos anos 1970/80 teria ocorrido um “esvaziamento da ideia de nação”, quando “não se enfatiza mais a pertinência das pessoas a uma Nação, mas a grupos étnicos, de gênero e, sobretudo, a grupos que se definem basicamente pelo consumo” (HELAL e GORDON, 2002, p. 51).

Evidentemente que, se essa hipótese pode ser aplicada ao caso brasileiro, ela não pode ser generalizada a todas as sociedades. Vide, como exemplo, as jovens nações do leste europeu que surgiram com o desmanche do bloco soviético, ou mesmo as resistências nacional-populistas em países como a Venezuela.

De todo modo, a ideia de crise no futebol brasileiro não pode ser vista apenas sob o aspecto identitário nacional. Tem ocorrido nos últimos trinta/quarenta anos uma série de solavancos que vem modificando o sistema futebolístico. São tanto fatores de ordem externa quanto interna ao sistema.

São fenômenos conjunturais que impõe reordenamentos na organização do esporte e, quando eles acontecem, são vistos como sinais de ruptura, logo de alguma crise.

O presente artigo pretende analisar algumas destas turbulências a partir de um lugar muito particular do futebol mundial e brasileiro: as instituições cuja finalidade é a de defender os interesses dos clubes mais ricos do futebol. Mais especificamente, o caso da criação em 1987 da União dos Grandes Clubes do Futebol Brasileiro, o chamado Clube dos 13, no Brasil e, na Europa, do *European Football Clubs Grouping*, mais conhecido como G14, criado em 2000 e extinto em 2008.

Ambas as instituições surgem e se fragilizam nesses momentos de turbulência do futebol mundial. Têm trajetórias próprias, mas se encontram dentro de uma configuração comum ao futebol contemporâneo, qual seja a do forte crescimento comercial e financeiro que transformou o esporte em uma das vedetes da indústria de consumo de bens culturais de massa.

O fato é que o crescimento desse tipo de indústria do entretenimento criou uma elite de clubes, de forma diferenciada no Brasil e na Europa. De tal modo que essa elite passou a ter interesses distintos da maioria dos clubes. É desse modo que no Brasil o C13 passou a representar os interesses dos grandes e mais ricos clubes nacionais, assim como na Europa o G14 representou os interesses dos mais ricos entre os filiados da UEFA - *Union of European Football Association*. É claro que essa distinção entre clubes pequenos e grandes não é um fenômeno novo, mas os volumosos investimentos que vêm sendo aplicados na modalidade fazem com que a distância entre clubes passe a ser um fator de destaque tanto social e político quanto esportivo.

A crise recente do C13, em 2011, com o processo de negociação da venda à televisão da transmissão dos jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol, período 2012-2014, foi abordada por grande parte de imprensa e por especialistas como mais um momento de crise do futebol brasileiro.

Nosso objetivo é exercitar uma análise para além das disputas de interesses pessoais dos dirigentes dos clubes e do C13 (desde a simples vaidade até os escusos interesses financeiros) e do espetáculo midiático que o fenômeno provocou. Ou seja, o desgaste do C13 no processo de negociação do direito de transmissão dos jogos seria apenas mais uma fogueira de vaidades ou, mais do que isso, estaríamos vivendo o esgotamento de um modelo de gerência dos clubes e do futebol brasileiro?

Na perspectiva de um estudo comparado, procuramos entender a trajetória do G14, desde a sua criação em 2000 até sua extinção em 2008 e por que, apesar de terem um fundamento comum que é o interesse financeiro dos grandes clubes de futebol em se distanciar da massa dos clubes pequenos, o Clube dos 13 e o G14 tiveram nesses anos trajetórias diferenciadas?

Sobre o C13

O Clube dos 13 foi fundado em 1987 em um momento muito singular do futebol e da sociedade brasileiros. No plano social e político, vivíamos o esgotamento do regime autoritário e do “milagre” do crescimento econômico. O tempo agora era o dos primeiros passos da redemocratização, mas afundados em uma profunda crise mundial (1980, a “década perdida”). O quadro político era de euforia democrática e de discussão de uma nova carta magna. Entre outras medidas, discutíamos a aprovação do artigo 217 que consolidou “a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento” (Art. 217, § 1º, Constituição Federal de 1988).

Era na verdade uma luta contra todos os resquícios autoritários do Estado, desde Vargas, que instituíra em 1941 o CND - Conselho Nacional de Desportos e, em especial, os da ditadura civil-militar dos anos setenta.

O mote da criação do Clube dos 13 iniciara-se em 1986, quando a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) comandou um dos campeonatos mais desorganizados da história esportiva brasileira. Para atender às pressões do Vasco da Gama que não se classificara para a segunda fase, a CBF acabou abrindo exceções a outros clubes. O campeonato foi ampliado para 80 clubes que, embotado com os campeonatos regionais tornou o futebol brasileiro altamente deficitário para os clubes.

O uso do “tapetão” (jargão popular para se referir aos ganhos escusos obtidos nos tribunais esportivos) era uma prática autoritária recorrente. Assim como barganhar a inclusão de clubes sem expressão no campeonato nacional era uma tradição inventada durante a ditadura militar, muito bem expressa no ditado popular que dizia o seguinte: “onde a Arena vai mal, mais um time no Nacional”. Os clubes pressionavam os dirigentes das federações estaduais e estes, por sua vez, pressionavam a CBF. O resultado foi uma queda expressiva da média de público nesses campeonatos (HELAL, 1997, p. 85).

De tal monta era a desorganização que, em 1987, a CBF declarou-se sem recursos para organizar o campeonato. Esse vacilo foi a oportunidade que os chamados grandes clubes encontraram para realizar um antigo sonho de fundar uma liga independente da CBF e organizar um campeonato apenas com clubes de expressão, ou seja, um núcleo restrito de clubes.

Assim, depois de longas discussões, em 11 de julho de 1987 assinaram a ata de fundação do Clube dos 13 quatro clubes de São Paulo (Corinthians, São Paulo, Palmeiras e Santos), quatro do Rio de Janeiro (Flamengo, Vasco, Fluminense e Botafogo), dois do Rio Grande do Sul (Grêmio e Internacional), dois de Minas Gerais (Cruzeiro e Atlético) e um da Bahia (Bahia). O número de participantes deu ao grupo o

nome de Clube dos 13, mantido até mesmo quando foram admitidos mais sete membros, já nos anos 90 (Sport Recife, Portuguesa-SP, Coritiba, Goiás, Atlético-PR, Guarani-SP e Vitória-BA).

Segundo a memória de João Henrique Areias, que na ocasião da fundação do Clube dos 13 era funcionário do marketing da IBM e assessor informal do Márcio Braga, presidente do Flamengo, os clubes também não tinham recursos para organizar o campeonato brasileiro. Iniciou-se, então, a estratégia de negociação com a Rede Globo de Televisão. “Naquela época, a televisão ainda era um tabu para os clubes de futebol”, lembra Areias. O medo é que a televisão viesse a esvaziar os estádios, apesar da já bem sucedida experiência no futebol europeu (AREIAS, 2007).

O problema no Brasil era a desorganização do calendário que implicava em mudanças repentinas de escalas dos jogos, dos atrasos (o que para a televisão era algo impensável de existir) os arranjos de ascenso/descenso. Tudo isso desacreditava o futebol junto a possíveis patrocinadores da mídia televisiva.

Nas palavras de João Henrique Areias, organização e credibilidade eram o que faltava para a busca de recursos junto à televisão:

Eu expliquei aos dirigentes a necessidade de organizar um campeonato em que todos soubessem, de antemão, quando e contra quem os times jogariam até o fim do ano. Para vender um produto, o comprador tem que saber exatamente o seu conteúdo e, até então, calendário era uma palavra pouco importante para dirigentes de futebol (AREIAS, 2007).

A Rede Globo já havia negociado naquele ano a final do campeonato paulista por 70 mil dólares e esse passou a ser o parâmetro para as negociações com o C13. Para se ter uma tabela mais racional e de maior abrangência geográfica, decidiu-se ampliar de 13 para 16 clubes, estendendo-se o convite para Goiás, Coritiba e Santa Cruz. Com

isso foi possível levantar 3,4 milhões de dólares, mais que o necessário para os clubes realizarem o campeonato, que ficou conhecido como Copa União.

Nesse momento, a CBF percebendo que estava perdendo o controle político sobre o futebol dos clubes, resolve também organizar por conta própria um campeonato nacional com os clubes excluídos da Copa União.

Para resolver o imbróglio de dois campeonatos nacionais, a CBF tentou organizar definindo a Copa União como modulo amarelo e o seu torneio como modulo verde. A proposta da CBF de realizar um quadrangular entre os quatro finalistas dos dois torneios (Flamengo e Internacional, pela Copa União e Sport Recife e Guarani pelo torneio da CBF) não foi aceita pelo C13. Resulta que em 1987 tivemos dois campeões nacionais: o Flamengo pela Copa União e o Sport pelo torneio da CBF. O CND - Conselho Nacional dos Esportes, órgão que regulava o esporte no Brasil, reconheceu o Flamengo como único campeão. O Sport recorreu à justiça comum e obteve do Tribunal de Justiça Federal de Pernambuco o mesmo reconhecimento.

Inicia-se assim um longo conflito de interesses entre as duas entidades: a CBF e o Clube dos 13, que nunca foi reconhecido pela entidade oficial como representante dos clubes brasileiros, até porque tinha um número restrito de sócios.

A CBF, por sua vez, sempre contou com o apoio político dos clubes pequenos, a maioria alijada da elite do C13. Em 1991, com apoio da CBF foi criada a ABRACEF (Associação Brasileira de Clubes de Futebol), reunindo inicialmente 11 clubes não pertencentes ao C13, mas que não teve muito futuro, tanto por sofrer assédio do C13, tanto porque a CBF nunca teve efetivo interesse em constituí-lo.

O objetivo da CBF em apoiar a ABRACEF era apenas no sentido de enfraquecer o C13, na medida em que ela própria passou a ter interesse nas negociações com a

televisão. “O que faz os interesses dos dois grupos se chocarem de frente é, principalmente, a negociação da transmissão do Brasileiro-98 para os canais de TV aberta”, comentava em 1997 o jornalista Fábio Victor, do jornal Folha de São Paulo (VICTOR, 1997).

Não demorou muito para que a ABRACEF, cooptada pelo C13 se pulverizasse, como testemunha o ex-presidente do Vitória da Bahia, Paulo Carneiro:

Fomos perseguidos, inclusive, na nossa vida pessoal, mas resistimos e em 1999 o C13 percebeu que era melhor nos ter lá dentro do que fora. E assim entramos ao lado de Atlético-PR, Portuguesa e Guarani. Antes, já tinham cooptado Sport, Coritiba e Goiás para tentar enfraquecer nosso movimento (ARAÚJO, 2011).

De acordo com Helal, nos artigos de jornais da época, os termos que apareciam com frequência quando tratavam do Clube dos 13 eram *racionalização* e *modernização*, categorias que, segundo o autor, “devido à resistência da CBF e das federações, indicavam a evidência da tensão do dilema brasileiro neste universo” (HELAL, p. 87). A partir daí conclui: “percebemos que o futebol brasileiro via-se diante de um impasse: reestruturar a organização administrativa e promover campeonatos rentáveis ou esperar a falência dos clubes” (HELAL, p. 87).

A forma binária como foi colocada a situação do futebol brasileiro me parece um pouco simplista. Opor racionalização/modernização, supostamente representadas pelo Clube dos 13, em relação à postura contrária da CBF (logo ela representando a tradição) esclarece muito pouco a situação que vivia (e ainda vive) o futebol nacional.

É claro que a motivação primeira dos clubes ao tentarem criar uma liga independente em 1987 era a lógica do mercado, cuja eficácia econômica exigia o que a imprensa passou a chamar de racionalização. Mas a maioria dos diretores signatários do Clube dos 13 agia muito mais pelo oportunismo de melhorar os ganhos dos clubes do

que por uma racionalidade fundamentada no planejamento de reestruturação do clube ou do futebol brasileiro.

Do mesmo modo, também os dirigentes da CBF não podem ser vistos como irracionais ou “pré-capitalistas”, conforme algum linguajar jornalístico. O fato é que, como bem reconhece Helal, há um processo de mudança conjuntural e profunda no capitalismo global, marcado por uma retomada expansionista e de internacionalização do capital – a chamada globalização – que desorganiza os mercados locais e coloca indivíduos, grupos e instituições na incerteza. Logo, as transformações são muito mais ao sabor das oportunidades do que mudança de mentalidade dos dirigentes de clubes em direção a um projeto de administração racional e moderna do futebol no Brasil.

Os atores principais – C13 e CBF – moviam-se nessa turbulência a partir de pontos de interesse distintos, mas todos inexoravelmente caminhavam em direção à hegemonia do capital globalizado que se impunha no futebol mundial.

Por um lado o Clube dos 13 tentava se desembaraçar da lentidão que a multidão de clubes profissionais de futebol impunha às mudanças. As ofertas globais do novo mercado de entretenimento exigiam respostas eficazes que a lentidão do voto unitário não permitia. Portanto, eles não estavam agindo em favor de uma modernização de futebol brasileiro – em oposição a uma suposta irracionalidade e desorganização da CBF – mas apanhando de forma atabalhoada as oportunidades do mercado global do futebol, mesmo sem ter uma estratégia ou mesmo saber a direção que tudo isso levaria.

De outro, a CBF – como ainda hoje – sabia que a sua força política estava na dependência e na lentidão (que podemos chamar de “tradição”) da multidão de pequenos clubes e de federações corruptas ou falidas. Ela sabia que precisava se

“modernizar”, mas não podia deixar órfãos a imensa maioria de sua base política e ficar à mercê da “modernidade” de uma minoria de clubes mais ricos.

O depoimento recente de Juca Kfourri, acerca da criação do Clube dos 13, revela bem o caráter natimorto da *modernidade* do Clube dos 13:

Conto aqui o que vi, e poucas coisas vi tão por dentro em minha vida de jornalista como o nascimento do Clube dos 13 e da Copa União. Como vi o começo lento e gradual de sua decadência. Curiosa e dramaticamente, sua implosão se dá quando parecia ressurgir, embora, agora, pareça mais que tenha sido aquela famosa melhora do doente antes de morrer (KFOURI, 2011).

Refere-se o jornalista ao acordo que dirigentes do Clube dos 13 realizaram com a CBF, na sequência da sua fundação, e conclui: “De lá para cá, cada vez mais o C13 se transformou apenas em uma agência negociadora de direitos de transmissão, com episódios lastimáveis” (KFOURI, 2011).

O episódio recente (2011) das negociações dos direitos de transmissão dos jogos pela televisão, por parte do Clube dos 13, revelou a absoluta falta de organização e racionalidade dos dirigentes de clubes. De tal modo que a maioria dos comentaristas anuncia a morte do Clube dos 13, como o próprio Juca Kfourri, na citação acima.

Aproveitando-se da ganância, oportunismo e despreparo da maioria dos dirigentes de clube, a TV Globo, até então a única que tinha privilégios na concorrência pública que o Clube dos 13 realizava para a negociação da transmissão dos jogos, passou a negociar individualmente com os clubes.

Em 2010, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) orientou o Clube dos 13 a retirar a vantagem de 10% concedida à Rede Globo de Televisão (direito de preferência), no edital de licitação dos direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro de 2012 a 2014. Desde então, a emissora passou a fazer adiantamentos

financeiros aos clubes como uma forma de pressionar as futuras negociações, como admite Ataíde Gil Guerreiro, diretor-executivo do C13 (FERNANDEZ, 2011).

Em 2011, enquanto o Clube dos 13 encaminhava o processo da licitação, a Rede Globo passou a negociar individualmente com os clubes por fora da entidade. Os primeiros clubes a aderir foram exatamente os dois de maior torcida: Flamengo e Corinthians. Diante do ocorrido, a principal concorrente da Globo, a Rede Record, retirou-se do processo licitatório. Resulta que a REDE TV! como a única inscrita e, obviamente vencedora, adquiriu o pacote das três temporadas pelo montante de 1.548 bilhões de reais.

Ganhou mas não levou, pois nessas alturas quase todos os clubes do C13 já haviam assinado individualmente com a Rede Globo, fato que criou um imbróglio jurídico.

Diante da situação, o Clube dos 13 foi obrigado a reconhecer que quem tem o direito de transmissão dos jogos para as temporadas de 2012-2014 é a Rede Globo de Televisão, apesar de não ter participado do processo licitatório da entidade.

Sobre o G14

A criação, em 2000, do G14, grupo lobista autodenominado *the voice of the clubs*, composto por 18 dos clubes mais ricos do futebol mundial, marcou um novo momento no processo de organização do futebol europeu e mundial.³ Em 2008, após longa e conturbada disputa com a direção da UEFA, o G14 foi extinto. Foi incorporado

³ São os seguintes 18 clubes pertencentes ao G14: Real de Madrid, FC Barcelone e FC Valence (Espanha); AC Milan, Inter de Milan e Juventus (Itália); Liverpool, Manchester United e Arsenal (Inglaterra); Bayer Leverkusen, Borussia Dortmund e Bayern de Munich (Alemanha); Ajax e PSV Eindhoven (Holanda); FC Porto (Portugal); Olympique Lyonnais, Paris Saint-Germain e Olympique de Marseille (França). A partir maio de 2007 assumiu a presidência do grupo Jean-Michel Aulas, também presidente do Olympique Lyonnais, da França.

nos quadros da UEFA como ECA - *European Club Association*. Em memorando de entendimento formal, assinado em janeiro de 2008, a ECA foi plenamente reconhecida pela UEFA e pela FIFA.

Apesar da prática lobista no futebol ser antiga, a constituição do G14 como um órgão representativo de um grupo reduzido de clubes deu um significado político diferenciado. O G14 era por excelência o que podemos definir como um grupo de pressão. Era um agrupamento fechado ao qual só era possível o ingresso através de convite e aprovação pela maioria dos filiados.

Nos seus objetivos estatutários, dois aspectos se destacavam: defender os interesses dos clubes filiados e negociar o formato, a administração e a operação das competições (das quais participam seus filiados) organizadas pela FIFA/UEFA e outras instituições esportivas (UEFA, 2008). Ou seja, apesar de falar de princípios gerais de melhoramento do futebol, seu objetivo era reforçar a posição dos clubes associados e impor seus interesses no mundo do futebol. Como grupo de pressão, o G14 desenvolveu uma série de reivindicações pautadas no interesse econômico de mercado, colocando em risco o funcionamento do chamado “modelo europeu de futebol”, defendido pelas autoridades políticas europeias e pela UEFA/FIFA (RIBEIRO, 2007). Do mesmo modo, ao se propor como uma “representação institucional de clubes”, o G14 confrontou item estatutário central na organização e nos fundamentos políticos da FIFA, que não reconhece mais de uma instituição por nível de representação.

Em contrapartida, ao não reconhecerem o G14 como interlocutor, a FIFA e a UEFA se depararam com a fragilidade de dirigentes de federações locais, teoricamente suas bases políticas de sustentação. Esses dirigentes encontravam-se igualmente envolvidos nessa complexa rede de interesses, sintetizada no esquema binário das

vantagens mercadológicas de um lado e, de outro, na tradição de um futebol solidário e equilibrado do ponto de vista competitivo.

Os clubes mais ricos, ao agirem motivados fundamentalmente pela busca de resultados financeiros, efetivamente vêm promovendo um desequilíbrio competitivo e um reordenamento na estrutura do futebol europeu e mundial.

É fato que suas motivações econômicas promovem uma elitização no futebol, na medida em que, possuindo condições de adquirir os melhores jogadores, teoricamente tornam-se mais competitivos. Transformam-se, assim, em uma elite do futebol mundial, relegando a um segundo plano a grande maioria dos clubes profissionais.

Essa conclusão é tanto verdadeira quanto polêmica. Uma análise dos resultados esportivos e financeiros dos clubes demonstra como a opção pela eficácia do mercado não é necessariamente um caminho tranquilo ou único para o futebol mundial. Dessa perspectiva de pautar o campo esportivo pela lógica da eficácia financeira temos exemplos tanto de sucesso quanto de fracassos.

Basta vermos os fiascos de ingresso na bolsa de valores, a ruína financeira (em especial o que vem ocorrendo a partir de crise financeira do final de 2008) ou a perda de identidade clubística de alguns clubes europeus. Do mesmo modo, vem se verificando o crescimento de um campo financeiro que se faz de forma autônoma em relação aos resultados esportivos. Ou seja, é uma articulação que se forma no campo do marketing e da especulação financeira, independente dos resultados esportivos.

De todo modo, constata-se que os clubes mais ricos, dentro ou fora do G14, ao mesmo tempo em que compõem a *família* do futebol, constituem-se em uma força autônoma.⁴ Tendo de responder muito mais aos seus investidores financeiros que aos

⁴ O termo *família* é recorrente na documentação oficial da FIFA, UEFA e outras instituições ligadas ao futebol. Refere-se basicamente à diversidade do campo que compõe a estrutura do futebol, tais como

seus torcedores, seus objetivos cada vez mais se restringem a somente participar de eventos efetivamente rentáveis. Desse modo agem de maneira incisiva sobre a estrutura dos campeonatos, que desejam cada vez mais restritiva e de preferência sem possibilidade de ascenso/descenso, garantindo assim a permanência dos clubes nas ligas mais rentáveis, independente de resultados esportivos.

Evidentemente, essa perspectiva enfrenta a oposição do restante da massa de dirigentes de clubes e de federações, que não tem interesse nesse fechamento, pois significaria sua exclusão e impossibilidade de participar dos campeonatos mais rentáveis, tais como a Liga dos Campeões e a Copa UEFA.

De acordo com os regulamentos atuais desses campeonatos, os critérios esportivos são determinantes, tendo como parâmetros a classificação de cada clube em sua liga nacional e coeficientes da UEFA, que são atualizados e publicados com frequência. Esse critério do mérito esportivo é o mesmo utilizado pela FIFA em todas as suas competições.

Apesar dos clubes mais ricos ainda não conseguirem alterar esses fundamentos, as suas condições financeiras têm promovido uma elitização. É o que fica demonstrado quando analisamos o número de clubes participantes nas fases finais da Liga dos Campeões, desde 2000/01 quando foi criado o G14.

Dessas sessões fica demonstrado que Inglaterra (Liverpool e Manchester United), Espanha (Real Madrid e Barcelona) e Itália (Milan) dominam o futebol de clubes na Europa.

Se compararmos esse quadro de vitórias com o de classificação dos clubes mais ricos do futebol mundial, a situação se apresenta idêntica.

federações, clubes, dirigentes, torcedores, etc. O termo é usualmente utilizado como sinônimo de entrosamento e harmonia da estrutura esportiva. Nesse sentido é um termo com forte conotação política de produção de um sentimento de pertença.

De acordo com a Deloitte (2011), empresa britânica de análise financeira, dos 10 clubes que geraram mais receitas em nível mundial no período 2006/2010, quatro são ingleses, três são italianos e dois são espanhóis. Praticamente os mesmos que ganharam as últimas sessões da Liga dos Campeões, campeonato mais rico do futebol mundial interclubes.

Essa comparação entre resultados esportivos e financeiros demonstra que já existe uma elitização do futebol europeu e mundial, independente do discurso dos dirigentes do G14 em defesa dos interesses de seus aliados. E demonstra a legitimidade do discurso político da União Européia, quando se preocupa com essa elitização e procura normatizar o futebol a partir de conceitos como solidariedade, equidade, transparência, valores presentes no chamado “modelo europeu de esporte”.

Porém, não resolve dizer, de maneira simples, que essa elitização vai na contra-mão do espírito republicano que molda a União Europeia. Contraditoriamente, os dirigentes europeus sabem que a lógica da competitividade é o que predomina na sociedade globalizada. Suas expectativas, seus desejos, são o de ser competitivo mantendo a ética. Isso se aplica tanto com relação à macroeconomia quanto ao campo esportivo.

É por conta dessa concepção de competitividade que a União Europeia adotou, em março de 2000, quando do Conselho Europeu de Lisboa, a estratégia de ajudar os estados membros a se adaptarem à globalização. Os quinze estados – hoje em número de vinte e sete – fixaram na ocasião o objetivo de construir até 2010 a economia mais competitiva do mundo.

A União atribuiu-se hoje um novo objetivo estratégico para a próxima década: tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmico e competitivo do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social. (UNIÃO EUROPEIA, 2000, grifo do autor).

Como se tornar competitivo, mantendo princípios éticos republicanos, num mercado desregulamentado e globalizado é uma mágica que a União Europeia ainda não respondeu de modo satisfatório. A crise econômica que vive a União Europeia – em especial depois de 2008 – demonstra que aqueles objetivos fixados em 2000 tomaram um rumo inverso ao desejado.

A FIFA/UEFA e o G14

De modo controverso, no confronto com os clubes europeus mais ricos, UEFA e a FIFA transformaram-se em parceiros dos dirigentes políticos da União Europeia no projeto ético e social de um “modelo europeu de futebol”. É uma postura que chama a atenção, pois não é preciso muito esforço para descrever a prática de tipo patrimonialista da direção do futebol mundial e de suas filiadas. A estrutura governativa da FIFA é pautada por uma lógica tradicional de lealdade e de favores, igualmente marcada pela corrupção e pelo tráfico de influências. Em síntese, o uso de forma privada de espaços públicos, como são as federações nacionais e os clubes. Uma forma de privatização da esfera pública, enfim, que impede a participação democrática de seus membros no processo decisório, em todas suas as instâncias. O melhor exemplo disso é a perpetuação dos dirigentes de clubes ou de federações.

Mas, de todo modo, verifica-se hoje no teatro político do futebol uma mudança de discurso. Refiro-me aqui, basicamente, aos dirigentes da UEFA. O motivo são as pressões que vêm ocorrendo e que têm agido no sentido da mudança do discurso desses dirigentes: (1) a reorganização da sociedade europeia, inserida no contexto da reestruturação geopolítica após o desmantelamento do bloco soviético, da globalização

e da construção da União Europeia; (2) o agigantamento financeiro de alguns clubes, que passam a exigir do sistema esportivo um tratamento privilegiado.

Como já observado, a lógica do G14 não era exclusivamente a esportiva, mas sobretudo financeira. O êxito esportivo – afinal são clubes de futebol! – era uma estratégia para se alcançar o objetivo principal, a eficácia financeira.

O G14, parte integrante do sistema esportivo, era o grupo de pressão mais próximo da direção da FIFA. Esta não é, por princípio, contrária à lógica da eficácia financeira, mas a sua base de sustentação é outra. Dentro da lógica patrimonialista, a força da direção da FIFA se encontra disseminada numa rede fluída de poderes locais e dependentes. São poderes até com certo grau de autonomia, mas isolados, logo incapazes de se constituir numa voz dissidente. De forma paradoxal, a força do poder local encontra-se na capacidade de aliar-se à *família* internacional do futebol.

O surgimento do grupo lobista dos clubes economicamente potentes acelerou a desestabilização do sistema tradicional de poder no mundo do futebol. Por outro lado, a ação extremamente liberal como esses clubes atuam no “mercado da bola” – desde a compra dos melhores jogadores, desequilibrando o aspecto esportivo, a lavagem de dinheiro, a aquisição de clubes por empresários apenas preocupados com o aspecto financeiro ou a falência de clubes médios –, tem criado um impacto social e preocupado as autoridades europeias. A ação destas tem sido a de agir como árbitro e buscar um consenso entre as várias *famílias* do futebol.

Os temas reivindicados pelo G14 eram diversos, como a disputa pelos recursos financeiros de transmissão dos jogos pelas redes de televisão ou a iniciativa da Liga Inglesa de levar parte de seus jogos no exterior, visando à internacionalização da marca de seus clubes (em especial os “quatro grandes”: Liverpool, Chelsea, Manchester

United e Arsenal) e o aumento de arrecadação com a venda de diversos de seus produtos. A ideia é fazer da marca desses clubes um verdadeiro produto de consumo, em especial nos ricos mercados emergentes como, por exemplo, os do leste europeu, da China, da Índia ou do rico mundo árabe. Uma tendência não só da internacionalização desses clubes, mas da sua globalização. Sobre essa proposta dos clubes ingleses, o presidente da FIFA, Joseph S. Blatter, pronunciou-se de forma irônica, mas obviamente contra, afinal a proposta isolava as entidades oficiais do futebol:

Eu estou espantado, mesmo que eu saiba que tais proposições não deveriam me surpreender. Eu me pergunto se devo me comover ou rir. Uma coisa é certa: essa proposição de forma alguma vai no sentido da responsabilidade social do futebol, como nós a definimos no Congresso de 2007 da FIFA. [...] O projeto da Primeira Liga Inglesa, de disputar uma jornada suplementar aos quatro cantos do mundo é inaceitável. [...] Mesmo na Inglaterra não podemos dizer que essa idéia tenha suscitado uma grande adesão. No plano comercial a iniciativa me parece duvidosa e, em todo caso, ela certamente não vai na direção de uma responsabilidade social e de uma elevada solidariedade (FIFA, 2008).

Mas a demanda do G14 que deu resultados mais efetivos foi a exigência de indenização aos clubes por seus jogadores que participam dos jogos das seleções nacionais, numa evidente definição que o sentimento de pertença de um jogador ao selecionado de seu país deixou de ser um fator marcante no sistema futebolístico. Em contrapartida, a resposta da UEFA/FIFA foi o não reconhecimento do G14 como representação dos clubes e, baseada nos seus estatutos, a exigência da dissolução da entidade, reafirmando assim os seus fóruns internos como os únicos espaços de decisão.

Com relação à liberação de jogadores para atuar nos selecionados nacionais é bastante conhecida a dificuldade dos treinadores para reunir atletas internacionais visando competições amistosas e preparatórias ou mesmos oficiais. Se pensarmos apenas as seleções de ponta no cenário mundial, a totalidade de seus jogadores possui

um valor muito alto no mercado e jogam em clubes altamente competitivos. Mas quem normatiza o calendário dos clubes, das seleções nacionais e a dispensa dos jogadores é a FIFA. De acordo com a lógica de mercado, a argumentação dos dirigentes de clubes é que esses jogadores são seus empregados e, sobretudo, custam muito caro. Logo, se a FIFA e as federações nacionais querem utilizá-los, devem pagar por isso, até porque essas entidades ganham muito dinheiro, argumentam os dirigentes de clubes. Fica evidente a similitude desse discurso do G14 com a decisão da Corte de Justiça da Comunidade Europeia, no caso Bosman, definindo os jogadores como assalariados de um mercado comum de trabalho.

Até recentemente um clube, mesmo contra sua vontade, era obrigado a liberar seu jogador, sem que recebesse qualquer indenização financeira, seja pela ausência em si do atleta durante o período de treinamento e jogos do selecionado nacional ao que estaria servindo, seja nos casos de retornarem machucados e ter de ficar fora de atividade, às vezes por meses.

Depois de 2004 esse tema tornou-se um cavalo de batalha, tanto jurídico quanto midiático, entre o G14 e a FIFA/UEFA. Tratava-se de uma demanda indenizatória do clube belga Royal Charleroi S. C. à FIFA, após seu jogador, Abdelmajid Oulmers, ter se machucado em jogo amistoso da seleção de seu país (Marrocos, 17 de novembro de 2004). O clube, argumentando ter sido economicamente prejudicado em função da ausência de seu jogador, passou a reclamar uma indenização de 616.000 euros junto à Corte de Justiça da Comunidade Europeia. Essa ação foi integralmente apoiada pelo G14, apesar do Charleroi – clube pequeno do mercado europeu – não ser filiado. Na ocasião, a reação da FIFA/UEFA foi de inquietação: “será o fim do futebol de selecionados nacionais para qualquer federação, exceto às cinco grandes europeias”,

comentou o porta-voz da UEFA, William Gaillard em entrevista à BBC de Londres (SPORT, 2006).

A Copa do Mundo será organizada apenas entre Espanha, Alemanha, Itália, França e Inglaterra. A federação brasileira não tem recursos para pagar nem ao menos um quinto de seus jogadores. O presidente da federação irlandesa explicou, recentemente, que se ele tiver de pagar para ter as estrelas na seleção, Robbie Keane nunca mais jogará pela Irlanda (SPORT, 2006).

Nessa disputa com a UEFA/FIFA o discurso do G14 tornou-se um bate e assopra. Presidente do G14 em 2006, o presidente do Arsenal, David Dein, procurou amenizar o confronto com as direções da FIFA e UEFA:

Eu espero que, enquanto presidente do G14, consiga construir uma ponte com UEFA e FIFA. Há vários problemas, como a liberar jogadores para as seleções nacionais, a questão do seguro dos jogadores cedidos aos selecionados, de calendário, que permanecem fonte de insatisfação para numerosos clubes profissionais, não somente para os do G14. Penso que podemos resolvê-los se trabalharmos juntos. [...] Cada um dos clubes aqui presente é um amigo da UEFA e da FIFA. Não há confrontação. Temos interesse em nos entender e trabalharmos em conjunto (L'EQUIPE, 2006).

A posição do ex-jogador e presidente do clube alemão Bayern Munich, Karl-Heinz Rummenigge seguiu o mesmo tom de conciliação. Apesar de também membro do G14, Rummenigge manifestou-se “muito descontente com a evolução do G14”, ameaçando mesmo deixar o grupo lobista. Para ele, “cada um não pensa senão que em si. Eu digo claramente, Calderon (Ramon Calderon, presidente do Real Madrid) e seus colegas jogam individualmente, como os italianos e os ingleses”. É o “egoísmo puro” que reina no futebol, lamentou Rummenigge: “Desde que Abramovitch, Berlusconi e outros como Moratti estão no poder, o futebol encontra-se numa situação verdadeiramente podre”. Para Rummenigge, “o significado e o futuro do G14” encontram-se em questionamento (G14, 2006).

Apesar desses sinais avulsos de pacificação da *família* do futebol – ou exatamente por causa deles, que expressam a incapacidade dos dirigentes dos clubes mais ricos chegarem a um entendimento – é que William Gaillard, conselheiro especial da presidência da UEFA assim se expressou, em final de 2007, sobre uma possível reunião de entendimento: “Uma reunião com G14 na UEFA não há e não haverá, nem formal nem informal. Está absolutamente fora de questão” (L’ÉQUIPE, 2007). Contando com o apoio das autoridades políticas da União Europeia, as diretorias da UEFA e FIFA foram contundentes em não aceitar o G14 como interlocutor.

Como resultado desse enfrentamento o presidente da UEFA, o francês Michel Platini, enviou em setembro de 2007 uma carta solicitando apoio político aos presidentes europeus. O estilo é apelativo, associando a FIFA/UEFA à visão solidária e democrática de construção da Europa, em detrimento de supostos interesses nefastos do mercado.

No momento em que a Europa busca se definir, se unir e encontrar valores que nós desejamos comuns, nada mais ajuda que seu amor por nosso esporte.

[...]

Quantas crianças começaram a encontrar novas raízes sobre um terreno de futebol no país que o acolheu, bem antes de sentar-se num banco escolar.

[...]

Os valores defendidos pelo futebol são um poderoso fator de integração social e de educação cívica (UEFA, 2007).

Para apontar em seguida o cerne do problema que vivia o futebol europeu:

No entanto, uma grave ameaça paira sobre o desenvolvimento do futebol europeu: a onipresença nefasta do dinheiro.

[...] O dinheiro nunca foi o último objetivo do futebol. Ganhar troféus permanece o objetivo principal. Pela primeira vez corremos o risco de entrar numa era onde só o benefício financeiro permitirá medir o sucesso esportivo (UEFA, 2007).

Mas ao mesmo tempo em que associa a FIFA/UEFA ao projeto político de uma Europa unida, reclama dos dirigentes políticos por não agirem com firmeza à perversão dos valores esportivos:

É grave constatar que essa perversão de valores esportivos não suscita resposta adequada de nossas instituições européias, que recusam obstinadamente em reconhecer a especificidade do esporte e a necessidade de regras esportivas que assegurem equidade e equilíbrio das competições. Os tratados europeus estão mudos sobre esses temas. Toda regra esportiva tende a ser examinada pelo prisma deturpado e grosseiro das regras da livre concorrência (UEFA, 2007).

Finalmente, um apelo dramático a uma “última esperança” para salvar o futebol europeu – e mundial – da ganância do mercado:

Se hoje me dirijo aos chefes de Estado e de governos é por que os senhores representam a última esperança por um futuro sadio e equilibrado do futebol europeu. Eu sei que os senhores são sensíveis ao problema e que compreendem o quanto esse assunto é importante para dezenas de milhões de nossos cidadãos europeus (UEFA, 2007).

A posição dos políticos em reconhecer a especificidade do sistema futebolístico, desejando que os dirigentes esportivos encontrem soluções para os principais problemas da especialidade (desde que dentro das regras do direito comunitário), vem surtindo lentos mais profícuos resultados.

O fato incontestável é que a forma tradicional da FIFA dirigir o futebol mundial esgota-se cada dia mais. Como já comentamos, dois elementos pesam nessa mudança: a ação política de construção da União Europeia que exerce uma pressão e reconfigura a sociedade como um todo; e a pressão do mercado liberal globalizado, que impõe aos clubes e federações a lógica da eficácia financeira.

Esses dois movimentos não são lineares nem têm um mesmo sentido. São lógicas que respondem de modos diversos – não necessariamente opostos ou excludentes – às reestruturações globais dos últimos trinta/quarenta anos.

Presenciamos, portanto, a existência de projetos de três atores em ação: a FIFA/UEFA, a União Europeia, o G14. Por deter a direção formal do processo (enquanto os outros dois agem como grupos de pressão) é em torno da FIFA e de sua filiada europeia, a UEFA, que o debate se localiza.

Dois acontecimentos marcaram algum alinhamento político no futebol europeu e mundial: a reunião em 21 de janeiro de 2008 entre a FIFA, a UEFA e representantes dos clubes mais ricos da Europa, e o 58º Congresso da FIFA, realizado em Sidney (Austrália) nos dias 29 e 30 de maio de 2008.

Na reunião de janeiro é importante registrar a presença dos principais e mais ricos clubes europeus, mas não enquanto G14, entidade não reconhecida pela FIFA/UEFA. Contudo, a pauta da reunião contemplava alguns dos principais pontos da agenda política do G14, motivos desde sua criação, em 2000.

Entre as decisões acordadas encontra-se a criação da ECA - *European Club Association*, uma entidade autônoma, mas reconhecida pela UEFA. A criação dessa entidade configurou a extinção do G14.

A criação da ECA deixa claro que a governabilidade do futebol europeu (e mundial) não ocorrerá mais sem a intervenção dos clubes financeiramente poderosos. Porém, foi a estratégia encontrada pelos dirigentes da FIFA e da UEFA de internalizar e, de algum modo, controlar o poder desses clubes. Enquanto agiam de forma independente – através do G14 ou isoladamente – tendiam a aumentar a instabilidade no meio esportivo. A fórmula elaborada para a constituição da ECA responde tanto a uma tradição representativa dos clubes na UEFA, quanto garante alguma hierarquia. Ou seja, ao criar essa instância privilegiada, a UEFA diluiu o então voto unitário, onde o peso do voto das ligas mais ricas era idêntico aos demais. Tendo como referência critérios da

UEFA de classificação de associações nacionais e dos clubes, a ECA constituiu-se com a seguinte hierarquia representativa: as três associações melhores classificadas terão cinco clubes participantes; as três seguintes, quatro clubes; as associações entre o 7º e o 15º lugar de três clubes, as classificadas entre o 16º e o 26º lugar terão dois clubes; as associações restantes terão um representante cada. Um Conselho de Transição foi constituído. Como não poderia ser diferente, exceto o representante do Chelsea, todos são dirigentes que compunham o extinto G14: Karl-Heinz Rummenigge, presidente (FC Bayern München), Joan Laporta, vice-presidente (FC Barcelona), Umberto Gandini (AC Milan), Peter Kenyon (Chelsea FC), Marteen Fontein (AFC Ajax) e Jean-Michel Aulas (Olympique Lyonnais) (UEFA, 2008). O francês Aulas ocupava, no momento da constituição da ECA, a presidência do G14.

Além dessa, outra decisão relevante foi tomada. Refere-se à indenização aos clubes pela cessão de jogadores para os selecionados nacionais, por ocasião da Copa UEFA EURO 2008, campeonato europeu de nações realizado a cada quatro anos. Pela decisão acordada entre clubes e dirigentes das duas entidades, 43,5 milhões euros foram destinados para a EURO 2008 e 55 milhões para a EURO 2012. A redistribuição ocorreria numa base entre 4 a 5 mil euros por dia e a cada jogador cedido. Fez parte desse acordo a retirada, por parte dos clubes, de todas as ações indenizatórias, como o caso emblemático do clube belga Charleroi, acima comentado (UEFA, 2008). Esse acordo se estenderá aos jogos classificatórios e à Copa de 2010, restando saber como a regra será aplicada às entidades nacionais fora da UEFA.

O 58º Congresso da FIFA, além de uma série de outros encaminhamentos, definiu a substituição da Comissão de Organização da Copa do Mundo de Clubes pela Comissão de Futebol de Clubes. Esta resolução amplia para o futebol mundial a decisão

tomada na Europa com a criação da ECA pela UEFA. Ou seja, constitui um fórum privilegiado para os clubes dentro da FIFA. O que não fica claro é qual a necessidade de uma comissão para tratar especificamente de questões relacionadas a clubes, no interior da FIFA. Na falta de maiores informações, só nos resta a especulação de uma interiorização lobista dos clubes ricos europeus também na FIFA. Uma forma de procurar esvaziar e encerrar as atividades lobistas do G14. O resultado tenderá a ser idêntico: reduzir o equilíbrio formal, ainda hoje existente, em que o peso de um representante africano ou latino-americano ainda é o mesmo do europeu.

Conclusão

Como procuramos demonstrar, tanto o movimento brasileiro do Clube dos 13 quanto o europeu do G14 encontram-se na mesma configuração das transformações globais do mercado econômico e esportivo dos últimos quarenta anos.

E uma das características desse movimento econômico-financeiro – dentro e fora do campo esportivo – é o desregramento ou, se preferirmos, a liberação dos mecanismos de controle fiscal e financeiro do mercado global.

A tradicional autonomia do futebol – como é reconhecida tanto pela legislação brasileira quanto pela europeia – encontrou solo fértil para ambições desenfreadas dos dirigentes dos grandes clubes, no Brasil e na Europa.

Nesse aspecto podemos concluir que ambas as instituições foram constituídas dentro do mesmo élan: aproveitar ao máximo as oportunidades que o mercado liberal da expansão globalizada possibilitou. Isso exigiu desses clubes a tentativa de romper com os laços de solidariedade, equidade e mesmo com a tão propalada “família do futebol”, como gostam de se referir os dirigentes das entidades governativas do esporte.

As instituições oficiais – FIFA, UEFA ou CBF – tornaram-se lentas e pesadas demais diante das oportunidades de ganho fácil e imediato que surgiam para esses clubes. Isso porque elas arrastam consigo uma multidão de clubes médios e pequenos que, na maioria das vezes, se encontrava distantes das oportunidades, tanto do ponto de vista de ofertas efetivas quanto de mentalidade de seus dirigentes.

Porém, isso não significa que os dirigentes dos clubes milionários estejam de fato preparados às novas regras que o mercado globalizado lhes propõe.

Aqui que se encontra o paradoxo, nada nos autorizando a trabalhar com dicotomias simples de modernos e arcaicos. Afinal, esses dirigentes são remanescentes do mesmo caldo cultural dos dirigentes das instituições que dirigem o esporte e da grande maioria dos clubes menores.

O despreparo é o mesmo. A evidência disso – só para ficarmos com alguns exemplos – foram as experiências frustradas de ingressar na bolsa de valores ou, mais emblemático ainda, a associação desses dirigentes com a corrupção e a lavagem de dinheiro em uma escala global.

Os ganhos escusos de agora – para citar um exemplo brasileiro – não vêm mais da manipulação de borderôs de bilheterias ou do “jogo do bicho”, mas de máfias e da lavagem internacional de dinheiro.

Nesses termos, a diferença de trajetória entre o Clube dos 13 e o G14 encontra-se de forma mais evidente fora do campo esportivo. Ou seja, nos mecanismos de controle que a sociedade civil e os poderes públicos vêm operando sobre esses campos autônomos e desregrados.

No Brasil, desde a CPI CBF-NIKE (1999-2002) e as iniciativas da Lei nº. 9.615/1998 (Lei Pelé) e da Lei nº. 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor), recentemente

atualizado (Lei nº. 12.299, de 27.07.2010) vem atuando como um fator de controle externo.

Na Europa há uma série de regulamentações. Por exemplo, por pressão dos poderes públicos e por iniciativa da UEFA instituiu-se desde 2009 o projeto *Fair Play Financeiro*. Vejamos como os dirigentes da UEFA justificam essa iniciativa:

Nas últimas épocas, vários clubes reportaram perdas financeiras, de forma sucessiva e cada vez mais gravosa. A situação econômica mais abrangente criou condições de mercado difíceis para os clubes na Europa e isso pode ter impacto negativo na produção de receitas e criar novos desafios aos clubes, no que respeita à disponibilidade de financiamento e avaliação do funcionamento. Muitos clubes registaram quedas de liquidez, que, por consequência, levaram ao atraso no pagamento a outros clubes, empregados, Fisco e Segurança Social (UEFA, 2010).

Fundamentado no princípio da equidade financeira, os principais objetivos da proposta do equilíbrio fiscal dos clubes de futebol são:

- introduzir mais disciplina e racionalidade nas finanças dos clubes;
- diminuir a pressão nos salários e valores de transferências, e limitar o efeito inflacionário;
- encorajar os clubes a competir dentro das suas possibilidades financeiras;
- encorajar investimentos a longo prazo na formação e em infra-estruturas;
- proteger a viabilidade do futebol europeu de clubes a longo prazo;
- assegurar que os clubes honrem as respectivas obrigações (UEFA, 2010).

A decisão da UEFA em aplicar esse mecanismo de controle financeiro ocorreu não apenas pelo descontrole em que viviam os clubes europeus (com fortes evidências de lavagem de dinheiro), mas, sobretudo, em função da crise financeira que abalou o mundo em 2008, em especial os países da Europa Central (KRUGMAN, 2009).

De forma diversa, a impunidade fiscal predominante em alguns setores da sociedade brasileira autoriza o endividamento dos clubes nacionais, fato que inviabiliza qualquer tipo de planejamento administrativo e, por conseguinte, faz com que fiquem dependentes dos adiantamentos das redes de televisão.

Em síntese, o despreparo administrativo da maioria dos dirigentes de clubes de futebol no Brasil, associado à impunidade fiscal, não nos autoriza classificar o Clube dos 13 como exemplo de modernidade administrativa.

Referências

ARAÚJO, Wellington (Blog de). *Ex presidente do Vitória (BA) Paulo Carneiro comenta “discriminação”*. 1 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.wareporter.com.br/ex-presidente-do-vitoria-ba-paulo-carneiro-comenta-discriminacao/>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

AREIAS, João Henrique (Entrevista). *João Henrique Areias 20 Anos de Clube dos 13*. (entrevista postada em 09 ago. 2007). Disponível em: <http://leonardoweb.globo.com/pg_noticias.asp?secao=10&cod=295>. Acesso em: 20 abr. 2010.

DELOITTE. *Football Money League 2011*. Disponível em: <http://www.deloitte.com/view/en_GB/uk/industries/sportsbusinessgroup/sports/football/deloitte-football-money-league-2011/index.htm>. Acesso em: 18 abr. 2011.

FERNANDEZ, Martin. Dívidas e contrato bilionário causam a disputa entre clubes. *Folha de S. Paulo*, 24 fev. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/880281-dividas-e-contrato-bilionario-causam-a-disputa-entre-clubes.shtml>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

FIFA. *Blatter évoque le nouveau projet de la Premier League*. 15 fev. 2008. Disponível em: <<http://fr.fifa.com/aboutfifa/federation/president/news/newsid=691906.html#blatter+evoque+nouveau+projet+premier+league>>. Acesso em: 22 mar. 2008.

G14. European Football Clubs Grouping. *European Economic Interest Grouping. “Foundation Agreement”*. Bruxelles: G14. Disponível em: <<http://www.g14.com/main.php>>. Acesso em: 30 mai. 2008.

G14. *Le Bayern menace de partir*. 27 nov. 2006. Disponível em: <http://www.francefootball.fr/FF/breves2006/20061127_145220Dev.html>. Acesso em: 21 fev. 2008.

HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses*. Futebol e cultura de massa no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

HELAL, Ronaldo; GORDON, Cesar. A crise no futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI. *Eco-Pós*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, 2002.

KFOURI, Juca. Nascimento e agonia do Clube dos 13. *Folha de S.Paulo*. 1º mar. 2011. Disponível em: <<http://blogdojuca.uol.com.br/2011/03/nascimento-e-agonia-do-clube-dos-13/>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

KRUGMAN, Paul R. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. 3ªed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

L'ÉQUIPE. *Foot - G14 - David Dein élu président*. 04 out. 2006 Disponível em: <http://www.lequipe.fr/Football/20061004_182250Dev.html>. Acesso em: 10 abr. 2008.

_____. *Le G14 réuni vendredi*. 08 nov. 2007. Disponível em: <http://www.lequipe.fr/Football/20071108_171459Dev.html>. Acesso em: 20 nov. 2007.

RIBEIRO, Luiz Carlos. A crise da autonomia no futebol globalizado. A experiência europeia (1985-2007). In: _____ (Org.). *Futebol e Globalização*. Jundiaí: Ed. Fontoura, 2007, p. 49-68.

SPORT.FR. *L'affaire Oulmers inquiète l'UEFA*. 13 out. 2006. Disponível em: <<http://www.sport.fr/Football/foo/L-affaire-Oulmers-inquiete-l-UEFA-72934.shtm>>. Acesso em: 22 jan. 2008

UEFA. *Fair Play Financeiro*. 04 jan. 2010. Disponível em: <<http://pt.uefa.com/uefa/footballfirst/protectingthegame/financialfairplay/news/newsid=1445723.html#fair+play+financeiro>>. Acesso em: 25 mar.2010.

_____. *Lettre de M. Platini*. 07 set. 2007. Disponível em: <<http://fr.uefa.com/uefa/keytopics/kind=64/newsid=590391.html>>. Acesso em: 21 nov. 2007.

_____. *Un accord pour une nouvelle ère*. 25 jan. 2008. Disponível em: <<http://fr.uefa.com/uefa/keytopics/kind=4096/newsid=648370.html>>. Acesso em: 16 mai. 2008.

UNIÃO EUROPEIA. *Conselho Europeu extraordinário de Lisboa: para uma Europa da inovação e do conhecimento*. 23-24 mar. 2000. Disponível em: <www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/pt/ec/00100-r1.p0.htm>. Acesso em: 22 set. 2007.

VICTOR, Fábio. *Sport e Curitiba acendem vela para Deus e diabo*. Agência Folha, 18 jun. 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fof/esp/s2028004.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2010.